

Governo e oposição acertam rolar dívida

Andrei Meirelles

Após três dias de tentativas mal-sucedidas, o governo e o PMDB, com o apoio do PDT, conseguiram obter, ontem à noite, o voto da maioria absoluta da Câmara para aprovar o requerimento de urgência para o projeto de rolagem das dívidas dos estados e municípios. Hoje, a rolagem e o ajuste fiscal serão votados na Câmara sem maiores dificuldades. Para serem aprovados precisam apenas de maioria simples. O Congresso Nacional permanecerá de hoje a sexta-feira em reunião extraordinária, sem ônus, para deliberar, também, sobre o reajuste do funcionalismo público Federal, os pedidos do governo de crédito suplementar, o Orçamento da União e a recriação do Finsocial.

Numa das disputas mais radicalizadas nos últimos tempos, influenciada pela sucessão presidencial, saíram politicamente vitoriosos com a decisão tomada pela Câmara ontem à noite o ex-governador Orestes Quércia, o governador Leonel Brizola e o presidente Fernando Collor. Os principais derrotados foram o ex-governador Tasso Jereissatti, os ex-deputados Paulo Maluf e Luiz Inácio Lula da Silva e o governador Roberto Requião.

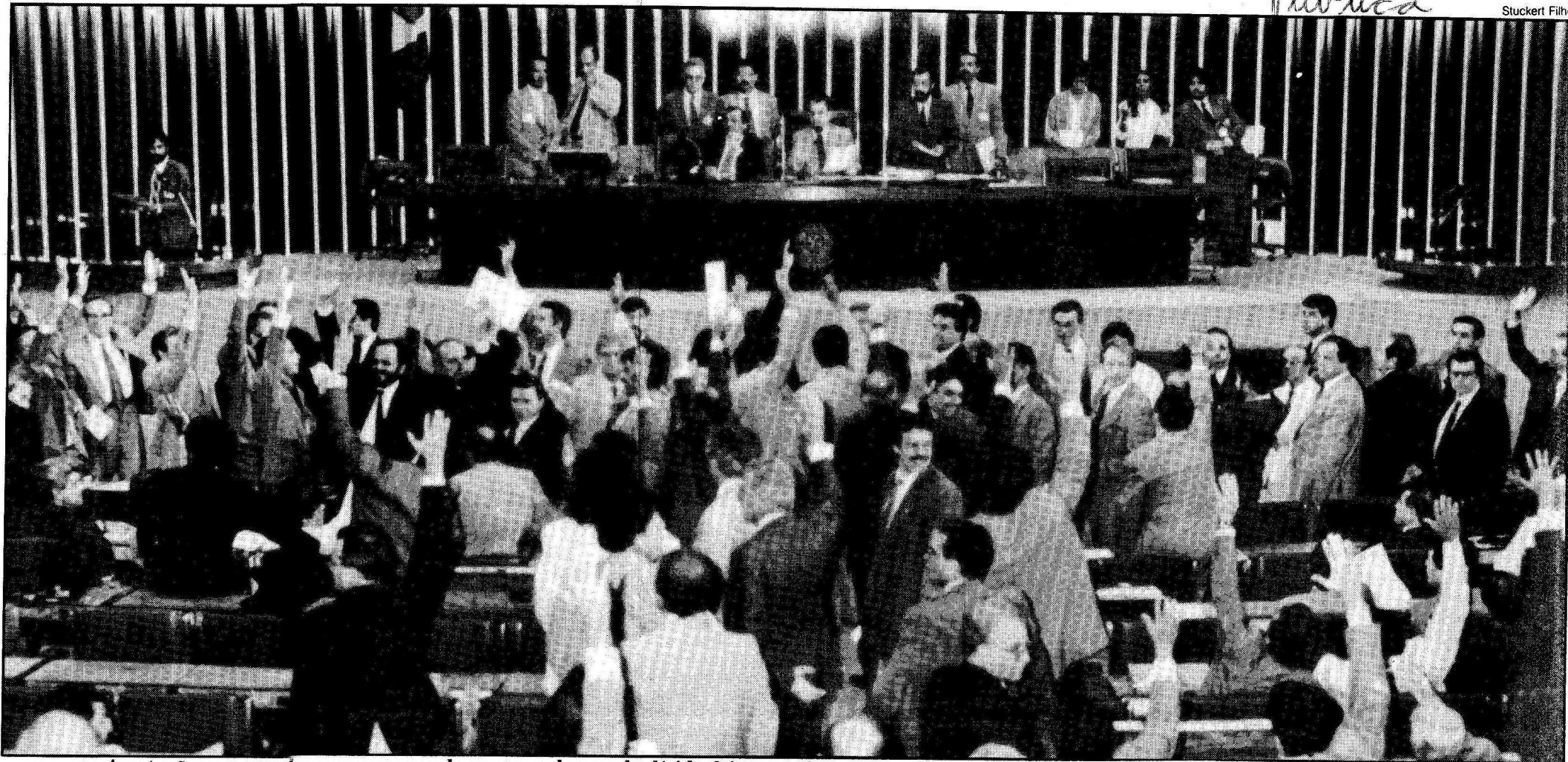
Vitoriosos

Quércia e Brizola se empenharam pessoalmente na arregimentação de parlamentares, telefonando para os deputados do PMDB e do PDT que não compareceram às votações anteriores. O governador Alceu Collares, do Rio Grande do Sul, determinou a substituição do deputado Jorge Uequet, do PSDB, por seu secretário Aldo Pinto. Com isto, assegurou mais um voto importante devido ao resultado apertado: para aprovar o requerimento eram necessários 252 votos. A proposta foi aprovada por 254 votos, sendo um deles — o do líder do PDS, deputado Victor Faccioni — por equívoco.

A rolagem das dívidas estaduais poderá enfrentar dificuldades no Senado. O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PSDB, comanda a reação ao que entende como violação constitucional — a apreciação de um projeto tratando de endividamento de estados — prerrogativa do Senado — pela Câmara. Caso não tenha êxito na batalha contra o projeto no Senado, Fernando Henrique está ameaçando recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

Rolo compressor

A maior dificuldade na votação da rolagem na Câmara será o grande número de emendas apresentadas em conjunto pelo PDT, PDS e PSDB — cerca de 600. O governo e o PMDB, com a maioria absoluta arregimentada, pretendem atuar, hoje, como um rolo compressor, aprovando a rolagem dos débitos estaduais e, em seguida, o ajuste fiscal. A proposta de criação de alíquota 35 por cento do Imposto de Renda, porém, deverá ser rejeitada, pois ele penalizaria os salários dos próprios parlamentares. Correm riscos outros dois projetos — o que torna progressivo o Imposto Territorial Rural e o que cria o Imposto sobre Grandes Fortunas.



A votação para se chegar a um acordo para a rolagem da dívida foi apertada — dos 252 votos necessários, apenas 254 se manifestaram favoráveis